

Constituinte: a posição

São muitos ainda os pontos divergentes, mas a emenda Sarney — com as alterações

Terça-feira, 15-10-85 — O ESTADO DE S. PAULO

do relator.

— vai à votação na próxima semana.

O deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP) encaminhará hoje a todos os membros da comissão mista do Congresso cópias do parecer que elaborou sobre a proposta do governo que convoca a Assembleia Nacional Constituinte, o qual será votado amanhã cedo pela comissão. Ele passou o final de semana em São Paulo, reuniu-se com o presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, discutindo as alterações que pretende sugerir à emenda do governo. A matéria será votada pelo Congresso Nacional dias 22 e 23 próximos.

Ao deixar Brasília, na última sexta-feira, o deputado Bierrenbach parecia ter mais apoio do PDT e do PT do que do PMDB para as modificações que pretende apresentar à proposta do governo. As lideranças do PMDB, do PFL e até mesmo do PDS se inclinam pela aprovação da emenda do governo em sua forma original, só aceitando modificá-la para ampliar os prazos de desincompatibilização dos ocupantes de cargos públicos que desejarem concorrer às eleições para a Constituinte. Todas as demais modificações sugeridas pelo relator têm encontrado resistências no governo e na Aliança Democrática, sobretudo as relativas à extensão da anistia aos servidores civis e militares que não foram beneficiados em 79 com o projeto de anistia do ex-presidente Figueiredo.

ANC 88
 Pasta 10/85-1
 128/1985

O substitutivo

Pouco confiante em relação a um entendimento, o deputado Flávio Bierrenbach passou o final de semana numa fazenda, do interior paulista, redigindo o seu parecer. Se as negociações chegarem a bom termo até amanhã, ele não terá dificuldades em preparar rapidamente outro documento, formalizando os termos da negociação. Mas enquanto isso não parece viável, ele se dedica a preparar "um substitutivo encampando a tese da Constituinte exclusiva, apenas para elaborar o novo texto constitucional, ou convalidado por plebiscito realizado no dia de sua eleição. No primeiro caso, seriam realizadas novas eleições para o Congresso após o término dos trabalhos dos constituintes. Na segunda hipótese, o plebiscito definiria se os constituintes exerceriam ou não, posteriormente, a sua principal tarefa, o mandato parlamentar. O substitutivo marca ainda o dia 7 de setembro para o pleito da Constituinte e, 15 de novembro, para governadores; fixa 1º de janeiro como o último prazo para desincompatibilização e torna obrigatório o referendo popular para as emendas aprovadas pela futura Assembleia com menos de 60% dos seus votos.

O substitutivo especifica ainda que os constituintes terão as mesmas prerrogativas e subsídios dos parlamentares, o que não é mencionado na emenda José Sarney, e condiciona à consulta popular a participação na Constituinte dos 23 senadores eleitos em 83, portanto sem delegação expressa para integrá-la. Se o eleitorado entender que eles devem ficar fora, assim será, pelos termos da proposta Flávio Bierrenbach.

Sem acordo, Bierrenbach acolherá a íntegra da subemenda do deputado Jorge Uequed, propondo a ampliação da anistia aos civis e militares, com todos os direitos e vantagens, desde o recebimento dos soldos e vencimentos atrasados até a reintegração em suas funções. Este é um dos pontos que mais têm dificultado a tramitação da matéria, pois a anistia foi uma das principais bandeiras do PMDB e será difícil as lideranças convencerem as bancadas do partido a votar contra. O líder do PDT na Câmara, Nadir Rossetti, já antecipou que a sua agremiação rejeitará a emenda Sarney se o benefício não for concedido a todos os cassados.

Flávio Bierrenbach manteve demorados entendimentos com os assessores dos ministros militares e sugeriu uma solução intermediária entre a emenda Uequed e aquilo que julga possível ser aceito pelo governo e pelas Forças Armadas. Até aqui, não houve resposta e o assunto continua a ser negociado pelo deputado Ulysses Guimarães. Segundo a fórmula Bierrenbach, os cassados seriam promovidos com base no critério da antiguidade, sem direito a reintegração, ou seja, no caso dos militares, receberiam a patente, mas não a farda de volta. Teriam atualizados os seus vencimentos, mas não o pagamento dos atrasados. Tratamento semelhante seria dispensado aos servidores públicos.

O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, confirmou ontem, em São Paulo, os pontos que já se encontram "praticamente definidos" com relação à Assembleia Nacional Constituinte, "por serem consensuais entre quase todos os partidos". O primeiro desses pontos é que os deputados e senadores a serem eleitos em 15 de novembro de 1986 serão os constituintes, retomando suas atividades legislativas normais assim que a Constituição for promulgada.

Durante o período em que durar a Constituinte, e que Ulysses Guimarães avalia em cerca de um ano, haverá uma grande comissão, representativa de deputados e senadores, com incumbência de cuidar das atividades legislativas ordinárias. Essa comissão terá, segundo ele, entre 70 e 80 membros, e para sua formação será observada a proporcionalidade entre os diversos partidos políticos.